

CONSTRANGIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO CORREDOR DO RIO DANDE: O CASO DE SANTA BOLEA-TARI , BENGÓ, ANGOLA

Corige Manuel

(Mestre em Economia e Gestão Aplicadas; docente em,
corigemiala2013@yahoo.com.br

Pedro Damião Henriques

(CEFAGE e Departamento de Economia, Universidade de Évora, pdamiao@uevora.pt)

Maria Leonor da Silva Carvalho

(ICAAM e Departamento de Economia, Universidade de Évora, leonor@uevora.pt)

RESUMO

A região do corredor do rio Dande, na província do Bengo, apresenta problemas de várias ordens nas suas áreas rurais, que vão desde as infraestruturas, transportes, saúde, educação, até ao problema de existência de uma agricultura rudimentar. A melhoria das condições de vida das populações rurais passa por uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural. O presente trabalho teve como objectivo identificar os principais constrangimentos no desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande, caso do município com o mesmo nome, e propor estratégias para ultrapassar os constrangimentos, contribuindo para a redução da pobreza e aumento do desenvolvimento económico e bem-estar das populações. O trabalho foi desenvolvido utilizando a recolha de dados primários através de inquéritos por questionário e também a recolha de dados secundários.

Os resultados permitiram caracterizar os agricultores e a família, os recursos agrícolas e a agricultura, o rendimento, as ligações ao mercado e ainda os apoios à produção agrícola. Da análise dos resultados, concluiu-se que as dificuldades no desenvolvimento da agricultura na região são sobretudo da responsabilidade do fraco investimento tecnológico e da inexistência de infraestruturas capazes de fazer face a esse desiderato.

Palavras-chave: Constrangimentos, Corredor do Rio Dande, desenvolvimento agrícola, comercialização, redução de fome e pobreza.

1 - INTRODUÇÃO

A sobrevivência da espécie humana depende da capacidade de sustentação dos recursos naturais, particularmente da terra e da água. Os recursos do meio ambiente devem ser usados de maneira responsável, a fim de que a produtividade da terra possa crescer e se preservar ao longo do tempo. As diversas formas de uso da terra e da água devem obedecer ao princípio de que a utilização não pode exceder a capacidade de renovação de tais recursos.

O desenvolvimento rural sustentável deverá resultar não apenas na melhoria dos indicadores sociais e económicos, mas também na preservação do meio ambiente. Assim, na formulação das políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, a questão da melhoria do bem-estar humano deve ser central mas a questão ambiental

deverá estar presente na formulação, implementação e avaliação das acções desenvolvidas.

A população ao longo do corredor do rio Dande (CRD), em especial os da região da Santa Boleia – Tari e Jungo até as localidades próximas do Úcua, dedica-se fundamentalmente à agricultura, onde se pode observar a produção da mandioca, milho, amendoim, feijão, batata-doce, batata-inhame, banana, hortícolas, consideradas essencialmente culturas de subsistência. Os poucos rendimentos obtidos na venda dos produtos acima referidos servem para aquisição de outros bens industriais de primeira necessidade. Grande parte dos camponeses está organizada em associações, cujas cotizações visam a manutenção das vias de acesso da estrada principal às lavras e realizar transacções comerciais no mercado. Contudo, a pobreza extrema de que esses membros estão votados para que tenham regularidade no pagamento da quota. Outrossim, se tivermos em linha de conta que a produtividade não atinge os níveis necessários e possíveis devido ao facto da falta de irrigação, ou seja as culturas não se desenvolvem de acordo com a boa qualidade dos solos que a região possui por falta da água, uma vez que a pluviosidade é escassa e mal distribuída ao longo do ano.

As dificuldades na transportação do pouco que resta da produção durante a seca, depois de colhido, é vendido ao longo da estrada nacional Caxito-Uíge a preços que as vezes dependem do comprador. Pode-se imaginar quão constrangedor é este facto, para essa população numa região que carece de tudo, desde a assistência médica e medicamentosa a outros bens de primeira necessidade.

Apesar das dificuldades no desenvolvimento agrícola na região por falta de chuvas e condições para rega, com um certo esforço é possível sair-se dessa situação se houver um investimento sério. Como o curso do rio se encontra a cerca de três, quatro ou mesmo cinco quilómetros das últimas lavras, a aquisição de equipamentos capazes de levar a água numa elevação e daí por sistema de gravidade para poder chegar as plantações, seria uma forma de resolver esta forte dependência de chuvas.

Com este trabalho pretende-se estudar os constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura no Corredor do Rio Dande e os efeitos que provocam às populações da região próxima do litoral, em particular e, à economia Nacional em geral, criando situações de limitação de ordem social e ambiental. O seu objectivo é caracterizar as principais limitações dos agricultores da região nas suas diferentes facetas, de modo a

que seja possível aos técnicos e responsáveis políticos, a partir dessa identificação, encontrar soluções que permitam aos camponeses e eventuais empreendedores da Santa Boleia-Tari e Jungo, até as proximidades do Úcuá, efectuar uma agricultura que não dependa, simplesmente, das escassas chuvas que surgem na região e que tenham condições propícias para a rega das culturas, com vista a maximizarem a sua produção e poderem sair de uma agricultura tradicional e de subsistência para uma agricultura mecanizada, produzindo em qualquer época e contribuindo assim para o combate a fome.

2 –A POBREZA E O MEIO RURAL

Qualquer processo de desenvolvimento sustentável e socialmente equilibrado carece de uma estabilização económica no que respeita aos equilíbrios macroeconómicos fundamentais. Nas economias africanas torna-se premente que o estado olhe atentamente para as disparidades sociais e de desenvolvimento regional, para as acessibilidades aos serviços básicos, para a segurança alimentar e a pobreza, para as condições de mobilidade da população e dos recursos, vectores fundamentais para a estabilidade e unidade nacional (Mosca, 2004).

O conflito armado pós-independência que assolou Angola, dando lugar a 27 anos de guerra civil, deixou um quadro dramático em que a maior parte das infra-estruturas foi destruída, a economia foi destruída, grande parte da população rural foi obrigada a deslocar-se para o meio urbano, levando à perda da importância da agricultura na economia do país, tornando-o fortemente dependente das importações e do sector petrolífero. O país foi arrastado para uma condição de destruição, com milhões de angolanos a sofrerem de fome e pobreza (Pinto, 2008; Pacheco *et al.* 2011).

Angola que era um país auto-suficiente na generalidade dos alimentos, antes do conflito armado pós-independência, viu-se empurrada para uma situação de dependência externa provocada pelo abandono da agricultura familiar e pela desestruturação do comércio rural.

A paz definitiva chegou em 2002 encontrando-se o país envolvido na tarefa de revitalização e reconstrução para o desenvolvimento. O Governo de Angola tem vindo a executar um conjunto de políticas tendentes a garantir a dinamização do processo de reconstrução e revitalização da economia nacional, o combate à fome e à pobreza e a consolidação da unidade e reconciliação nacional. Tendo adoptado os Objectivos de

Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Governo de Angola tem demonstrado empenho em contribuir para a prossecução desses objectivos, em particular com as prioridades de redução da fome e pobreza no âmbito das agendas da Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) insere-se neste contexto, dela fazendo parte o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN).

Assim, sendo o sector agro-pecuário de fundamental importância para a vida económica e social do país, a sua reabilitação deve ser assegurada através da estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo, concorrendo para aumentar a produção e a produtividade da agricultura nacional, para a promoção da auto-suficiência e da segurança alimentar e para o desenvolvimento da agro-indústria e da exportação dos produtos agrícolas. O Programa do Governo para o período 2009-2013 visa a revitalização e diversificação da economia rural, contribuindo para a estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo. Pretende ainda a reabilitação de infra-estruturas para o relançamento do sector agrário e contribuir para a implementação de uma linha de crédito de campanha. O Governo acredita que esta melhoria irá promover a produção e a produtividade da agricultura, assegurando a segurança alimentar, contribuindo não só para o desenvolvimento da indústria agro-alimentar mas também para o fomento das exportações dos produtos agrícolas (OGE, 2011).

A população angolana estimada para 2011 era de 19,6 milhões de pessoas, com uma taxa de crescimento 2010-2015 de 2,7% (PNUD, RDH, 2011). Esta população é maioritariamente jovem com cerca de 45% com idade inferior a 15 anos. A população urbana representava 59,4% do total, e apenas 40,6% era população rural.

Uma das medidas de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice é uma medida agregada do progresso em três dimensões – saúde, educação e rendimento. Em 2010, o PNUD no seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) modificou os indicadores usados para medir o progresso na educação e no rendimento e alterou a forma como são agregados. De acordo com aquele relatório, na dimensão do conhecimento, a média de anos de escolaridade substitui a alfabetização e as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados. Já para medir o padrão

de vida, o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita* substitui o produto interno bruto (PIB) *per capita*. Esta opção justifica-se devido ao facto de num mundo globalizado, as diferenças entre o rendimento dos residentes de um país e a sua produção interna serem frequentemente grandes.

Estimativas recentes do PNUD (2011) colocam Angola, em termos de IDH, na 148ª posição entre 187 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,486.

A esperança média de vida à nascença estava estimada em 51,1 anos, com uma taxa de mortalidade infantil de 16,3% e de mortalidade abaixo dos 5 anos de 20,3%. Apresentava ainda uma taxa de fertilidade de 5,8%.

Dados oficiais de 2008/09 (Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População, 2010) indicam que 37% da população vive abaixo do limiar de pobreza nacional, dos quais 58% correspondem a população rural. O mesmo inquérito indica que 42% da população tem acesso a água apropriada para beber, cerca de 60% tem acesso a saneamento apropriado e 40% tem energia eléctrica. Em contrapartida, o relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2010), aponta que mais de 50% dos angolanos vivem abaixo da linha de pobreza, contrariando assim os 37% avançados pelo Inquérito ao Bem Estar da População (IBEP). O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica (UCAN) socorreu-se ainda do relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano 2010, onde se calcula que um valor de 54,3% da população vive abaixo do limiar da pobreza com um rendimento de 1,25 dólares por dia, expresso em paridade de poder de compra.

O nível de desenvolvimento humano em Angola ainda está longe de atingir os objectivos definidos na Cimeira do Milénio, e se a economia rural e urbana não absorver a parte da população que está abaixo do limiar da pobreza, é provável que a problemática da pobreza continue a assolar o país, através do desemprego.

Vários têm sido os estudos que abordam a problemática da pobreza em Angola nas suas diferentes facetas: o seu perfil (INE 1996; MINADER 1997; Grave & Ribeiro 1999; Ceita 2001; Carvalho 2004a; Carvalho 2004b), a sua parte subjectiva (Carvalho 2004b), a exclusão social (Carvalho 2004a), as suas causas e consequências (Grave & Ribeiro 1999; Governo de Angola 2005), e sua relação com o género (Ducados 1994; Ducados 2000).

De acordo com M'Bomba *et al.* (2009 a), as causas da pobreza rural são de ordem diversa, indo do longo conflito armado, passando pela baixa fertilidade do solo, pela utilização de variedades de baixa qualidade, pela vulnerabilidade genética da mandioca às doenças, pela fraca diversificação das culturas alimentares e nutricionais, pela falta de água potável, e ainda pelo mau estado das vias de comunicação, mormente as secundárias e terciárias, pela falta de infra-estruturas de apoio à produção agrícola (irrigação, extensão, crédito rural, pesquisa agrícola, mercados e comercialização), pela ausência de uma rede de infra-estruturas sociais (saúde, educação, formação profissional de mão-de-obra e abastecimento de água) e pela baixa capacidade institucional a nível da base. Estas limitações reflectem-se principalmente na fraca educação sanitária das comunidades rurais, na assistência técnica agrícola inadequada, no baixo nível de escolaridade das comunidades rurais e em formas de percepção e compreensão míticas (convicções tradicionais) que muitas vezes habitam no homem rural, gerando, passividade ante os desafios da natureza e do desenvolvimento (M'Bomba *et al.* 2009 a e b).

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano. No entanto, continua a depender fortemente das importações, nomeadamente dos bens de consumo corrente onde se incluem os alimentos. O petróleo, dominando o quadro económico do país, apresenta-se como o principal “inimigo” da agricultura (Pacheco, 1997). A Angola agrícola e rural transformou-se numa Angola dependente de um mono-produto – o petróleo –, gerando o empobrecimento da maioria da população (Neto *et al.* 2006). A política económica seguida, dando primazia ao petróleo, piorou a situação da agricultura já tão debilitada devido aos longos anos de conflito armado.

Dados do Ministério da Agricultura, indicam que o sector agrícola empregava em 2009 cerca de 4,4 milhões de pessoas, na sua maioria do sexo feminino (52%) e jovens. Estimativas do Ministério para o período 2009-2013 mostram um acréscimo em termos de emprego directo e indirecto, prevendo-se que se gerem no sector mais de 78 mil empregos rurais directos.

A área cultivada no ano agrícola de 2009/10 foi de cerca de 4,9 milhões de hectares, repartidos por empresas agrícolas familiares (94,2% da área total cultivada) e por explorações agrícolas do tipo empresarial (estimativas do Ministério da Agricultura, 2010). Os agricultores familiares representam mais de 99% do número total de

agricultores. A área média das explorações familiares era de 2,32 ha e a das explorações tipo empresarial era de 34,08 ha.

As empresas agrícolas familiares têm um papel preponderante na produção de produtos agrícolas, sendo responsáveis por mais de 95% da produção de raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas e frutícolas; por cerca de 74% da produção de cereais e por 41,6% nas hortícolas. A maior parte da área cultivada é dedicada à produção de cereais, sendo também as raízes e tubérculos culturas importantes em termos de área utilizada (MINADER, 2008/09). Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são a mandioca, a batata doce, o milho, as bananas, a batata, as hortícolas, o feijão e o amendoim.

Pacheco *et al.* 2011 refere que alguns dos constrangimentos relativos ao desenvolvimento da agricultura angolana estão relacionados com o baixo nível do capital humano e de conhecimentos, com a disponibilidade de recursos financeiros e com a ausência de incentivos aos produtores e técnicos. Aqueles autores enumeram para o baixo nível do capital humano e de conhecimentos aspectos relacionados com baixo nível tecnológico e dificuldades de acesso aos factores de produção, ausência de um serviço de extensão rural eficaz, investigação pouco evoluída, gestão deficiente, custos de produção elevados. No que toca à disponibilidade de recursos financeiros, os principais constrangimentos dizem respeito ao mau estado das estradas e à falta ou degradação de outras infra-estruturas. A ausência de incentivos aos produtores, provedores de serviços e técnicos provoca êxodo rural, feminização crescente da actividade agrícola, inexistência de serviços financeiros rurais ou grande fragilidade quando existem, possíveis conflitos de terras, baixa condição de vida das populações e ambiente pouco atractivo para o investimento empresarial.

3 – METODOLOGIA

O estudo deste trabalho foi desenvolvido, utilizando para o efeito a recolha de dados secundários que consistiu na pesquisa bibliográfica documental e na recolha de dados primários através de entrevistas por questionário.

A revisão bibliográfica possibilitou a obtenção dos instrumentos e obras de referência, que permitiram a sistematização teórica da pesquisa.

O trabalho de campo consistiu na realização de entrevistas por questionário e na observação directa da produção agrícola no corredor do rio Dande, região do Tari, Santa Amoleia, Jungo às proximidades do Úcua.

. Os inquéritos aos camponeses, acompanhados de visitas ao campo, consistiram de um questionário com perguntas bem definidas, de forma a obter dados referentes à vida dos camponeses, às parcelas cultivadas, aos factores de produção utilizados e produções obtidas, aos circuitos de comercialização e bem como seu nível de vida. O questionário consistia de cerca 55 questões com perguntas técnicas, sociais e culturais.

Foram inquiridas três aldeias do município e, em cada uma delas, cinco agricultores. Num universo de 100 chefes de famílias camponesas foram inquiridos no total 30 agricultores, incluindo os das empresas afins, seleccionados através de uma amostra por conveniência realizada em várias localidades do corredor da zona em estudo, constituindo uma representatividade na ordem dos 30%. As aldeias estudadas no município foram as seguintes: Tari, Santa Boleia e Junco.

Abre-se um parêntesis aqui para dizer que dadas as tais condições referidas de constrangimentos, os camponeses na sua generalidade, ainda não conseguem obter uma produtividade capaz de ser sujeita à comercialização como tal, daí as dificuldades na apresentação de indicadores sobre o assunto.

A análise dos resultados levou em conta a informação obtida nos documentos consultados e nos resultados das entrevistas.

4 - RESULTADOS

Na análise dos resultados do questionário faz-se a caracterização dos agricultores e família, dos recursos agrícolas e da agricultura, do rendimento, da ligação ao mercado, do apoio à produção agrícola.

4.1 – Caracterização dos agricultores e da família

Considerando os índices de desenvolvimento humano, particularmente o de desenvolvimento rural, o género é algo a ter muito em consideração, sobretudo, para promoção da mulher que desde os tempos remotos foi sempre submissa. Nesta senda, responderam ao questionário 63,3% homens e 36,7% mulheres. Os resultados encontram-se sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos agricultores por género e classes de idade

| | Número | Porcentagem |
|---------------------------|--------|-------------|
| Género | | |
| Masculino | 19 | 63,3 |
| Feminino | 11 | 36,7 |
| Classes de idade | | |
| <= 40 anos | 7 | 23,3 |
| >40 e <=50 | 8 | 26,7 |
| >50 e <=60 | 8 | 26,7 |
| >60 | 7 | 23,3 |
| Estado civil | | |
| Solteiro | 17 | 56,7 |
| Casado | 9 | 30,0 |
| Viúvo | 4 | 13,3 |
| Nível de instrução | | |
| Sem escolaridade | 8 | 26,7 |
| Ensino primário | 8 | 26,7 |
| Ensino pré-secundário | 2 | 6,7 |
| Ensino secundário | 5 | 16,7 |
| Ensino superior | 7 | 23,3 |

A idade sendo um dado importante no desenvolvimento de qualquer processo produtivo e tendo em conta a faixa etária, dos resultados da amostra recolhidos constatou-se que a média de idade anda a volta de 51 anos, a mediana 50 anos e que existe uma distribuição proporcional dos agricultores pelas quatro classes de idade definidas. Duma forma mais simples podemos dizer que há um certo envelhecimento da força de trabalho se considerarmos que a esperança de vida do angolano está abaixo dos 50 anos. Isto justifica-se, pelo facto do abandono da juventude das zonas rurais e, a sua conseqüente afluência as zonas urbanas, fundamentalmente, Luanda e outras cidades, em busca de melhores condições de vida.

Em relação ao estado civil, podemos dizer que há um certo equívoco jurídico-cultural, com relação ao estado civil solteiro, pois, sendo Angola um Estado laico, considera-se solteiro, todo o cidadão (de ambos os sexos) que não tenha contraído matrimónio ou casamento civil, enquanto culturalmente, a população do corredor do rio Dande (CRD) e não só, considera que basta cumprir-se com rituais de alembamento da parte do noivo para com a noiva, e ou a sua formalização perante a igreja, estão automaticamente casados, daí o maior número que se verifica no quadro nesse aspecto. Em relação ao estado civil viúvo, um número que corresponde a 13,3% e que não é baixo se tivermos em conta a amostra apresentada de 30 camponeses, isto se deve em parte, a situação do conflito armado que o país viveu até há 10 anos e, em abono de verdade, aliada a

condição social do camponês agudizado pelas dificuldades no desenvolvimento da agricultura na região, onde no país a esperança de vida é ainda baixa.

A escolarização e a elevação do nível de instrução é uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade, mormente, no ramo da agricultura, que pretende sair da situação de subsistência para o desenvolvimento, de modo a ser capaz de participar no desafio Nacional que é o combate à fome e à pobreza. De realçar que, os dados reportados na Tabela 1, apenas referem-se aos próprios camponeses (adultos) e não às suas famílias. Os 5 e 7 elementos que respectivamente possuem os níveis secundários e superior, são camponeses não residentes, quer dizer, praticam aí a agricultura mas são funcionários públicos em Luanda e Caxito. Com efeito, podemos notar a existência de uma escola com uma sala de aulas no Tari e uma escola que funciona na igreja, na localidade do Jungo, tudo isso de iniciativa local e apoio pedagógico do Estado. O quadro real em relação ao nível de escolaridade dos mais velhos é sombrio, pois, 26,7% não possui nível de escolaridade e 26,7% apenas frequentou o ensino primário. Por género, verificamos que as mulheres possuem níveis de instrução mais baixos do que os homens e que as diferenças entre agricultores e agricultoras são estatisticamente significativas.

Tabela 2 – Casa de habitação

| | Número | Percentagem |
|------------------------------|--------|-------------|
| Tipo de casa | | |
| Adobe | 12 | 40,0 |
| Pau-a-pique | 15 | 50,0 |
| Tijolo | 2 | 6,7 |
| Casa permanente | 1 | 3,3 |
| Energia para cozinhar | | |
| Lenha | 13 | 43,3 |
| Lenha e carvão | 11 | 36,7 |
| Carvão e gás | 6 | 20,0 |
| Luz | | |
| Lampião | 22 | 73,3 |
| Gerador | 8 | 26,7 |

Verificou-se existirem dificuldades no distanciamento de certas aldeias, isto é, a existência de poucas quantidades de casas construídas a volta das lavras ou próximos do rio, com as respetivas famílias, afastando-se das grandes localidades ou sobados onde as autoridades vão colocando escolas e postos de saúde, o que não facilita as crianças e a população em geral que tem que caminhar kms, para o efeito.

Se tivermos em consideração que a habitação é uma das condições vitais do homem, verificamos na Tabela 2 o registo de 50% de chefes de famílias inquiridas vivendo com a família em casa de pau-a-pique, sujeitos a todos riscos, desde, o incêndio, pois, usam energia a lenha para cozinhar e iluminação, a penetração de ratos muitas vezes procurados pelos répteis, já que o capim fica a escassos metros das referidas moradias.

A lenha e o carvão constituem a maior fonte de energia usada na comunidade, representando 80% de usuários, pois, 20% pertence a camponeses não-residentes e entre aqueles que responderam ao inquérito, são unânimes de que, o uso da lenha e o do carvão, como actividade comercial de luta para sobre vivência, contribui grandemente para a desertificação e a desmatção do ecossistema. O carvão e mesmo a lenha constituem fontes de receita e de sustento para várias famílias da região. Logo, não é tarefa fácil debelar esse mal que contribui negativamente para a luta global que é as mudanças climáticas. É necessário que se resolva, ainda que de forma paulatina, o prolema que está na base dos constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura, já que fazer lenha e carvão não é de facto trabalho fácil. Os grupos com mais instrução utilizam mais carvão e gás.

A Tabela 2 mostra ainda que 73,3% da população usa a luz tradicional, candeeiro a petróleo e iluminação a lenha que apelidamos aqui como lampião e 26,7% usa geradores de pequena dimensão. De realçar que a população tem pouca possibilidade para aquisição de combustível, e este apresenta riscos ao ser inflamável e tóxico, vulnerável a incêndios e prejudicial à saúde humana. Os grupos com mais educação utilizam mais gerador e os com menos educação lampião.

Tabela 3 – Água para consumo humano

| | Número | Percentagem |
|-----------------------------------|--------|-------------|
| Tipo de água | | |
| Nascente | 6 | 20,0 |
| Cacimba | 6 | 20,0 |
| Rio | 18 | 60,0 |
| Tipo de tratamento da água | | |
| Sem tratamento | 17 | 56,7 |
| Com tratamento | 13 | 43,3 |

Uma das maiores dificuldades da população do CRD é o consumo de águas impróprias, ou melhor, água não tratada, considerando o dilema “Água é vida” e para humanos o consumo deste precioso líquido deve obedecer determinados cuidados especiais. A

maioria da população consome água bruta, ou seja, tirada directamente da cacimba ou do rio, sujeita a contaminações bacterianas, prejudicando a sua saúde (Tabela 3).

O tratamento da água a que se refere a Tabela 3 é na base de conselhos radiodifundidos como sendo os de “usar quatro gotas de lixivia num litro de água”.

Para uma população que consome poucos alimentos importados que trazem embalagens e ou plásticos de proteção, há pouca produção do lixo, comparativamente com as zonas urbanas. O lixo produzido no campo na maioria considerado de resíduos alimentares ficam na lavra e até servem de estrume ou para preparação dos solos, mesmo assim, se houver lixo na casa tem merecido o tratamento adequado, como aterro e queima, não constituindo neste contexto um problema maior.

Tabela 4 - Serviços disponíveis

| | Número | Percentagem |
|-----------------------------|--------|-------------|
| Serviços de educação | | |
| Sem escola | 14 | 46,7 |
| Ensino primário | 16 | 53,3 |
| Serviços de saúde | | |
| Ausência | 16 | 53,3 |
| Posto médico público | 2 | 6,7 |
| Posto médico privado | 12 | 40,0 |

Os serviços de educação disponíveis só atingem 53,3% dos agricultores inquiridos (Tabela 4). Esta situação ilustra que existem condições para que o grau de analfabetismo ainda seja bastante acentuado na comunidade o que contribui negativamente nos constrangimentos para o desenvolvimento socioeconómico da região. Considerando que a educação e o ensino são a base do desenvolvimento de qualquer sociedade humana, as autoridades e as igrejas no CRD, têm um projecto que visa a mobilização e massificação do ensino e aprendizagem no que concerne ao processo de alfabetização.

A situação precária da saúde, apesar de ser conjuntural no país, agudiza-se ainda mais nas zonas rurais e o CRD não foge à regra. Não obstante a ajuda de alguns postos médicos que as autoridades vão construindo em algumas localidades ao longo da estrada nacional e de alguns privados no interior, muitos deles não autorizados, têm sido para esta população a tábua de salvação. Os casos de saúde complicados são encaminhados para o Caxito (30 a 50 Kms), sede provincial do Bengo. A Tabela 4 ilustra que cerca de 53% nega a existência de serviços de saúde e 40% recorrem aos postos médicos privados e apenas 7% conseguem chegar a um posto médico do estado. Isto deve-se às dificuldades de transporte e, aliado a questões culturais, pois, muitos até

hoje têm mais confiança em tratamentos de ervanária (tratamento tradicional) do que ao convencional.

Relativamente aos bens que melhoram a qualidade de vida, a Tabela 5 ilustra a existência de um défice no uso dos referidos eletrodomésticos, isto tem a ver não só com custo dos mesmos, mas sobretudo, com problemas de falta de energia elétrica e gaz nesta região, pois, os que têm eletricidade recorrem a pequenos geradores, aliados ao problema do combustível, a distância para sua aquisição e o risco no transporte e utilização. De salientar que todos os que responderam possuem rádio e uma pequena percentagem possui antena parabólica e fogão. Por género, apesar de não ser estatisticamente significativo as agricultoras só possuem rádio e a antena e o fogão são possuídos por agricultores. Os grupos com mais instrução utilizam mais o fogão.

Tabela 5 – Bens de qualidade de vida

| | Número | Percentagem |
|---------------------------|--------|-------------|
| Rádio | 14 | 46,7 |
| Rádio e Antena parabólica | 6 | 20,0 |
| Rádio e Fogão | 5 | 16,7 |
| Sem resposta | 5 | 16,7 |

De acordo com os entrevistados, culturalmente as pessoas não têm o hábito de tomar almoço, pois, nesse período de refeição, quase todo camponês está no campo trabalhando, substituindo essa refeição, por uma merenda, mas a refeição principal é sem dúvidas, o jantar, onde todos se reúnem e aproveitam para abordar questões íntimas de fórum familiar. Verifica-se um fraco desenvolvimento físico das pessoas, em especial, das crianças, factor resultante em parte no não cumprimento das três refeições principais do dia de conformidade com as regras nutricionais. Não existem diferenças na alimentação entre agricultores e agricultoras. Os grupos com mais educação comem mais vezes por dia.

O consumo de carne corresponde a carne de caça dos animais (veado, paca ou kambuige ou mbuige, gazela, canta-pedra, macaco, javali e outros) que os chefes de família adquirem na selva, com intuito de vendê-la para aquisição de outros bens ou para própria economia familiar. Eventualmente, depois de não conseguir vender a carne caçada, o bicho é levado a casa para o autoconsumo e às vezes já em estado degradado ou meio cheiroso, uma vez que, não existe na região meios de conservação o que pode provocar outros problemas de saúde à família

4.2 – Caracterização dos recursos agrícolas e da agricultura

De acordo com ordenamento jurídico angolano, a terra pertence ao estado, a propriedade própria (60%) a que a Tabela 6 se refere é no sentido daqueles que adquiriram-na de forma administrativa e individual, o espaço da comunidade tem a ver com os camponeses organizados em cooperativa (36,7%) e quanto ao espaço de estado tem a ver com área indefinida ou reservada e localmente depende ou sob controlo das autoridades tradicionais. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras. Nos grupos com mais educação o tipo de propriedade da terra é comunitária.

Tabela 6 – Propriedade da terra

| | Número | Percentagem |
|---------------------|--------|-------------|
| Propriedade própria | 18 | 60,0 |
| Comunidade | 11 | 36,7 |
| Estado | 1 | 3,3 |

O modo de obtenção da terra tem a ver com questões culturais, pois, em caso de incapacidade ou morte do chefe de família, os filhos ou outros membros mais próximos da família passam a continuidade, daí a razão das lavras serem possuídas mais por via da herança do que por compra ou aquisição administrativa. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras.

Em relação à propriedade da terra, a percentagem é mais elevada para homens. A prioridade da liderança das terras é para o homem ou filho do homem (38,9%) se, esse existir, caso contrario a mulher tomas as rédeas (16,7%). É de realçar a resposta ambos, homem e mulher, com 44,4%. Através da análise estatística verificamos que existem diferenças significativas entre as respostas dos agricultores e das agricultoras. Os agricultores responderam que a terra pertence aos homens e as agricultoras responderam que a terra pertence às mulheres e dos que responderam que pertence a ambos, metade são mulheres e metade são homens.

A herança do ponto de vista cultural da região do CRD, passa directamente de pai para filho mais velho em primeiro lugar e na ausência ou falta deste, passa para filhas. Segundo a população, o homem é o pilar, o garante da unidade e estabilidade da família, o filho do homem não sai do seio familiar, casa-se trazendo o cônjuge para o seio da família, enquanto as filhas quando se casam passam a integrar as suas novas famílias.

Apesar desta ser a tradição, 80,0% dos respondentes afirmam que quer os filhos homens quer as filhas mulheres podem herdar a terra. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras.

A cultura da região ainda dá primazia ao homem na tomada de decisão de qualquer assunto. Através da análise estatística verificamos que existem diferenças significativas entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam os homens e as agricultoras responderam as mulheres e proporcionalmente responderam ambos. O nível de instrução influencia a tomada de decisão, nos mais instruídos escolhem homem e ambos, e os menos instruídos escolhem homem, mulher e ambos.

Tabela 7 – Tomada de decisão sobre cultivo da terra

| | Número | Porcentagem |
|----------------|--------|-------------|
| Homem | 12 | 40,0 |
| Mulher | 8 | 26,7 |
| Homem e mulher | 10 | 33,3 |

A Tabela 8 ilustra o tipo de culturas usadas na região apesar dos constrangimentos já referidos concernentes ao problema da falta de água o que provoca grandes embaraços na vida económica e social da população residente no corredor sul do rio Dande.

Destacamos a cultura do milho, banana, mandioca, ginguba e batata-doce. Destas salienta-se a cultura da mandioca como sendo aquela que mais resiste à seca e que constitui um alimento de segurança nacional no âmbito do programa de combate à fome e pela sua especificidade se tivermos em conta as diversas formas de a população se alimentar através da mandioca tais como o funge, a mandioca fervida, o bombó, a farinha musseque, a pápa, etc.

Tabela 8 – Culturas vegetais praticadas pelos agricultores entrevistados

| | Número | Porcentagem |
|-------------|--------|-------------|
| Milho | 30 | 100 |
| Banana | 29 | 96,7 |
| Mandioca | 28 | 93,3 |
| Ginguba | 28 | 93,3 |
| Batata doce | 22 | 73,3 |
| Gergelim | 13 | 43,3 |
| Feijão | 10 | 33,3 |
| Hortícolas | 7 | 23,3 |
| Batata | 6 | 20,0 |

Desde os tempos remotos, o povo da região do CRD, nunca teve o hábito de fazer uso dos animais ou de qualquer máquina que não seja os utensílios manuais como a enxada, catana, garfos de limpeza, machado e outros meios rudimentares para agricultura (Tabela 9). Segundo a nossa investigação, presume-se que esta limitação esteja também na base dos constrangimentos para uma maior produção que garanta uma economia confortável das famílias e conseqüentemente, a sua contribuição no combate à fome. Entendemos ser necessário preparar, educar e investir no homem para que seja capaz de praticar uma agricultura moderna e sustentável. O uso destes utensílios rudimentares, para uma produção minimamente visível, exige do camponês um esforço tremendo e desgastante. Em suma muito desgaste físico, mas pouca produção, o que contribui pouco para o combate à fome e à pobreza.

As sementes são o factor de produção que a maioria dos agricultores (80%) adquire de forma individual ou através de vizinhos, para o tipo de culturas usadas, o adubo não tem sido um factor indispensável para produção, utilizam a técnica de que, tendo em conta a grandeza dos campos, intercalam os períodos para o uso das terras, isto é, de dois em dois anos. As terras abandonadas durante esse período fertilizam-se naturalmente fruto da decomposição física e química dos solos, isto de acordo com relatos de alguns entrevistados. Por falta de condições socioculturais e desconhecimentos muito poucos usam pesticidas.

As hortícolas são os produtos que devido à sua natureza (cultivada em todas épocas do ano) se faz adubação e tratamento fitossanitário como factores indispensáveis para o seu desenvolvimento.

Tabela 9 –Factores de produção

| | Número | Percentagem | Tipo |
|---|--------|-------------|-------------------------------------|
| Ferramentas | 30 | 100 | Própria – 28; Própria e alugada – 2 |
| Animal | 2 | 6,7 | |
| Máquina | 0 | 0,0 | |
| Factores de produção variáveis comprados | | | |
| | Número | Percentagem | |
| Sementes | 24 | 80,0 | |
| Adubos | 2 | 6,7 | |
| Sementes e Pesticidas | 3 | 10,0 | |
| Sem resposta | 1 | 3,3 | |

As técnicas culturais utilizadas pelos camponeses do CRD são maioritariamente manuais quer na preparação do terreno, quer na sementeira e na colheita. Esta situação não só faz parte da cultura tradicional, como também existe falta de incentivos ao investimento e na formação dos camponeses, com vista a desenvolverem uma agricultura modernizada e que possa criar uma produção que fortaleça as suas economias e ajude assim as comunidades no combate à pobreza. Isto não é possível com a chamada agricultura de subsistência com baixo uso de mecanização e factores de produção variáveis.

Tabela 10 – Tecnologia de produção

| | Tipo | Número | Percentagem |
|-----------------------|---------------------------|--------|-------------|
| Preparação do terreno | Manual | 26 | 92,9 |
| | Manual, Mecânico e Animal | 2 | 7,1 |
| | Sem resposta | 2 | 7,1 |
| Sementeira | Manual | 29 | 96,7 |
| | Sem resposta | 1 | 3,3 |
| Colheita | Manual | 30 | 100 |

A falta de chuvas é o factor que mais dificuldades provoca no do desenvolvimento da agricultura no CRD. A maioria dos agricultores só usa a água da chuva, sendo que 5 agricultores possuem motobombas ligadas ao rio Dande onde trabalham hortícolas (repolho, couve, tomate, cebola, áleo, cenoura, beringela).

De acordo com as normas de convívio sociocultural da região, o hábito de trabalhar em família, ou seja, independentemente de cada um possuir a sua parcela de cultivo, o maior espaço pertence ao chefe da família (marido ou mulher) o que pressupõe que há um período em que todos os membros da família, vivendo por baixo do mesmo teto, vão à lavra do pai ou da mãe prestar ajuda, pois, tudo que aí se produz serve de sustento a todos e o que cada um individualmente produz é em grande parte para resolução dos seus problemas pessoais. Logo, há sempre um período em que mulher e filhos vão a lavra do pai prestar serviço.

Os dados da Tabela 11 mostram que a seca é o factor que mais influencia negativamente a produção no CRD, seguida de aves e animais e de algumas doenças das plantas. As aves, os macacos, veados e roedores (ratos, kambuige, canta pedra,) animais em parte têm prejudicado a produção, fundamentalmente, as lavras cercadas pelas matas por onde eles se abrigam. O excesso da água é raro verifica-se em zonas muito baixas e nos

períodos com chuvas sucessivas. Os ventos pouco se fazem sentir, pois, grande parte campos agrícolas estão na mata onde as árvores e outros arbustos travam os mesmos ventos.

Tabela 11 – Factores que influenciam a produção agrícola

| Factores | 1º Lugar | | 2º Lugar | | 3º Lugar | |
|---------------------|----------|------|----------|------|----------|------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Seca | 25 | 83,3 | 2 | 6,7 | 0 | 0 |
| Aves e animais | 1 | 3,3 | 23 | 76,7 | 3 | 10,0 |
| Doenças das plantas | 2 | 6,7 | 4 | 13,3 | 22 | 73,3 |
| Excesso de água | 1 | 3,3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Infestantes | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 10,0 |
| Vento | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3,3 |
| Sem resposta | 1 | 3,3 | 1 | 3,3 | 1 | 3,3 |

4.3 – Caracterização do rendimento

Existem culturas que dão um certo rendimento e que apoiam a sobrevivência com destaque ao milho, banana e ginguba, as culturas mais referidas pelos agricultores para 1ª, 2ª e 3ª fonte de rendimento (Tabela 12). O milho e as hortícolas, devido ao reduzido tempo de sua maturação nos anos que eventualmente chove com regularidade, bem como, a sua fácil colheita e venda proporcionam os melhores rendimentos. A banana e a ginguba, culturas fortemente dependentes da água, são produtos bastante procurados considerando o seu papel na dieta alimentar da região e não só.

A agricultura desenvolvida no CRD é de subsistência, considerando a questão penosa da água, as culturas que de uma forma ou de outra que são colhidas são do grosso modo para o auto consumo e só mesmo um pequeno excedente é canalizado ao mercado. Devido aos hábitos alimentares da população as principais culturas para autoconsumo são a mandioca, o milho e a ginguba referidas em 1º, 2º e 3º lugar respectivamente.

Tabela 12 – Actividades agrícolas como fonte de rendimento

| Culturas | 1º Lugar | | 2º Lugar | | 3º Lugar | |
|--------------|----------|------|----------|------|----------|------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Milho | 13 | 43,3 | 7 | 23,3 | 4 | 13,3 |
| Banana | 5 | 16,7 | 8 | 26,7 | 5 | 16,7 |
| Ginguba | 0 | 0 | 4 | 13,3 | 6 | 20,0 |
| Hortícolas | 5 | 16,7 | 2 | 6,7 | 2 | 6,7 |
| Mandioca | 3 | 10,0 | 5 | 16,7 | 1 | 3,3 |
| Sem resposta | 4 | 13,3 | 4 | 13,3 | 4 | 13,3 |

Tabela 13 – Atividades agrícolas de auto-consumo

| | 1º Lugar | | 2º Lugar | | 3º Lugar | |
|--------------|----------|------|----------|------|----------|------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Mandioca | 13 | 43,3 | 3 | 10,0 | 4 | 13,3 |
| Milho | 8 | 26,7 | 14 | 46,7 | 5 | 16,7 |
| Ginguba | 0 | 0,0 | 1 | 3,3 | 11 | 36,7 |
| Banana | 5 | 16,7 | 6 | 20,0 | 6 | 20,0 |
| Hortícolas | 1 | 3,3 | 0 | 0,0 | 1 | 3,3 |
| Batata | 0 | 0,0 | 3 | 10,0 | 0 | 0,0 |
| Sem resposta | 3 | 10,0 | 3 | 10,0 | 3 | 10,0 |

No CRD não é uma exceção, de que o homem ou marido se existir, (23,3%), é o responsável na alimentação da família, razão pela qual a primazia é de todos membros da família trabalharem na lavra do pai/mãe, para segurança alimentar familiar, melhor ainda, se o casal vive em comunhão de mesa e em harmonia (50%). Através da análise estatística verificamos que existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam homens e as agricultoras mulheres, repartindo-se proporcionalmente a resposta em ambos.

Por razões culturais, a tomada de qualquer decisão no seio da família é do chefe, geralmente é o homem se esse existir, caso não possa ser, a mãe ou o filho mais velho.

No gasto do dinheiro não se foge a esta regra, pois o homem é responsável na planificação sobre alimentação, vestuário, saúde, educação escolar das crianças e outras necessidades. Não existem diferenças estatisticamente significativas entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam homens e as agricultoras mulheres, repartindo-se proporcionalmente a resposta em ambos.

Tabela 14 – Atividades de uso do dinheiro

| | Número | Percentagem |
|-------------------|--------|-------------|
| Compra alimentos | 12 | 40,0 |
| Escola dos filhos | 7 | 23,3 |
| Compra roupa | 2 | 6,7 |
| Compra animais | 1 | 3,3 |
| Sem resposta | 8 | 26,7 |

Basicamente, o pequeno dinheiro que um ou outro adquire é usado na compra de bens alimentares de origem industrial, na escola dos filhos para aquelas localidades onde existe escola ou escola de explicação, como na compra de roupa (Tabela 14).

4.4 – Caracterização da ligação ao mercado

Os factores de produção são adquiridos fundamentalmente nos mercados local e municipal (83,3%) devido ao preço relativamente baixo enquanto poucos fazem uso das lojas pelos preços elevados por estas praticados, mas sobretudo a distância já que as lojas só existem nas zonas urbanas. Não existem diferenças no local de compra dos factores de produção entre agricultores e agricultoras.

Considerando a fraca produtividade resultante da situação da falta de chuvas e da falta de meios tecnológicos capazes de irrigar os campos agrícolas, o pouco que cada um consegue produzir é vendido no mercado local ou melhor junto a estrada Nacional N° 220. Somente 6,7% responderam que têm tido uma produção que justifica o recurso ao mercado municipal, tratam-se dos produtores de hortícolas tais como: beringela, cebola, couves, tomate cenoura e outros de natureza similar, produzidas com ajuda de pequenas motobombas postas na beira do rio, cuja capacidade de tiragem da água não vai além de 300 metros (Tabela 15).

Tabela 15 – Local de aquisição dos factores de produção comprados

| | Número | Percentagem |
|-------------------|--------|-------------|
| Mercado local | 13 | 43,3 |
| Mercado municipal | 12 | 40,0 |
| Loja | 2 | 6,7 |
| Sem resposta | 3 | 10,0 |

Por outro lado e não obstante tratem-se de produtos perecíveis, o seu maior consumo verifica-se mais nas zonas urbanas, considerando o aglomerado populacional, os hábitos alimentares (saladas e certos temperos), e a possibilidade de conservação de tais produtos. Estes factores justificam o seu transporte e comercialização nos mercados como do Uíge, Caxito e de Luanda, onde os rendimentos são julgados serem melhores, comparativamente às vendas efetuadas na estrada Nacional 220. Embora sem ser estatisticamente significativo, as mulheres só vendem no mercado local e estrada, enquanto os homens também vendem no mercado municipal. Os agricultores com mais instrução vendem no mercado municipal enquanto os com menos instrução vendem no mercado local.

A venda dos produtos agrícolas tem a ver com produção de cada agricultor que tanto pode vender um, dois ou mais produtos. Os produtos mais produzidos e vendidos são o

milho como é óbvio ocupa o lugar cimeiro com 66,7% dos agricultores a produzirem e venderem, por ter pouco tempo de maturação e o que mais se desenvolve quando houver chuvas seguido da banana e da mandioca. Com nível de instrução maior é menor a venda de mandioca e de ginguba.

Tabela 16 – Local de venda dos produtos agrícolas

| | Número | Percentagem |
|-------------------|--------|-------------|
| Mercado local | 7 | 43,3 |
| Junto estrada | 8 | 40,0 |
| Mercado municipal | 4 | 6,7 |
| Sem resposta | 11 | 36,7 |

Apesar da pouca produção no CRD devido aos problemas já apresentados, ligados fundamentalmente, a seca ou falta da água, do pouco que se produz, as dificuldades na comercialização de tais produtos agrícolas fazem-se sentir considerando vários factores, tais como: vias de comunicação, transporte, meios de conservação e outras; o que obriga aos camponeses na sua maioria vendê-los ao longo da estrada nacional Uige-Caxito-Luanda a preços por vezes impostos pelos clientes que circulam nessa via. Os poucos que transportam e comercializam nas cidades fazem-no com seus próprios meios.

4.5 – Apoios à produção agrícola

Os apoios à produção agrícola por parte do estado, ONG's ou outras entidades afins, visam proporcionar um desenvolvimento harmonioso da actividade agrícola na comunidade, não só no fornecimento de *inputs* mas também na educação, sobretudo, da população que pratica agricultura em zonas áridas e semiáridas.

Nenhum agricultor normal recebe apoios para a compra de factores de produção, para a formação profissional e assistência. Para uma comunidade bastante pobre e com problemas de escassez de chuvas, as sementes reservadas para época agrícola seguinte muitas vezes acabam por ser consumidas pelas próprias famílias por falta de alternativas ou mesmo por impaciência em aguardar pela chegada das chuvas

Em termos de obtenção de informação, a televisão é o meio de maior impacto tendo em conta seu carácter áudio visual, e dos indicadores que a Tabela 17 nos apresenta, apenas 26,7% possuem televisão sendo que esta não tem o sinal da TPA (Televisão Publica de Angola) e se tiver, alguns usam-na para o sinal da parabólica e outros para apenas assistir filmes ou músicas ou teatro. A seguir aos vizinhos e à união dos agricultores, o rádio tem sido o meio que mais ajuda tem prestado aos agricultores, apesar da escassez

de pilhas e do sinal deficiente em alguns pontos do CRD. O nível de instrução favorece a divulgação via rádio e televisão.

Tabela 17 – Meios de obtenção de informação

| | Número | Porcentagem |
|-----------------------|--------|-------------|
| Vizinhos | 28 | 93,3 |
| União de agricultores | 21 | 70,0 |
| Rádio | 19 | 63,3 |
| Televisão | 8 | 26,7 |
| Governo | 0 | 0 |
| ONG internacional | 0 | 0 |
| ONG nacional | 0 | 0 |

5 – CONCLUSÃO

As dificuldades do desenvolvimento da agricultura no Corredor do Rio Dande (CRD) não podem ser única simplesmente da responsabilidade da falta de chuvas, mas sobretudo, ao fraco investimento tecnológico e de infraestruturas capazes de fazer face a esse desiderato, pois, o clima, o relevo, particularmente, o sol abundante proporciona condições para um desenvolvimento invejável de todo o tipo de culturas praticadas na região e não só.

Considerando o tipo da agricultura precária praticada na região, verificou-se um envelhecimento da população camponesa, que apresentou uma média de idade de 50 anos, uma vez que, a juventude é obrigada a procurar algumas oportunidades de emprego, de instrução, em suma, de melhores condições de vida nas zonas urbanas.

O maior distanciamento entre pequenas localidades construídas a volta das lavras e rios com a família, em relação as grandes concentrações populacionais onde são colocadas escolas e postos médicos, dificulta em grande medida, a escolarização das crianças e o tratamento médico daquelas famílias que têm que percorrer longas distâncias a procura desses serviços.

O uso da lenha e do carvão, como actividade comercial de luta para sobre vivência das populações, contribui grandemente para a desertificação e a desmatção do ecossistema; Não existem condições óptimas de habitabilidade, pois cerca de 50% das casas na região são de pau a pique, 40% de adobe feito de barro e apenas 10% são de tijolo ou construção definitivas.

O uso da água imprópria para o consumo humano tem sido um dos maiores vetores de transmissão de doenças, sobre tudo, tropicais na região, pois, a água vem do rio, cacimba e ou nascente.

A questão do lixo no campo não é muito preocupante, pois, não existe motivos para produção de muitos resíduos sólidos, devido ao pouco consumo de alimentos manufaturados que possuem embalagens, todavia, os resíduos criados tem merecido o tratamento de recolha individual, aterro ou queima.

A produção da mandioca e de outras culturas é feita manualmente na sua grande maioria, o que dificulta uma maior produtividade.

A carne de caça consumida pela população do CRD não é tratada e às vezes é consumida em estado já degradada, pois, só é consumida no seio da família quando não é comprada. O objectivo principal da caça não é para alimentar a família mas sim para vender, com vista, a obter algumas economias ou rendimento.

Existe falta de apoio tecnológico, quer de sementes, de educação e de informação no uso da terra pelos camponeses. Nota-se pouco investimento no estudo do desenvolvimento rural nas zonas semiáridas, fazendo com que o fim da carência que essa população vive hoje não esteja para breve.

Falta uma educação para a promoção da mulher, pois esta continua ser a considerada, pelo menos, na zona rural, como sendo a ultima a ser ouvida na tomada de qualquer decisão.

A falta de escolas, de programas de alfabetização ou formação de adultos e centros médicos em algumas localidades, contribui no fraco desenvolvimento cultural e sanitário da comunidade estudada.

Falta a esta comunidade a cultura do uso de tracção animal e porquê não o trator que a ajudariam em grande medida no desenvolvimento da sua agricultura, já que os instrumentos rudimentares, a enxada, catana machado, apenas proporcionam uma actividade de sobrevivência.

O não uso, por exemplo, de tracção animal, tractor e outros meios modernos para a prática da agricultura condiciona ou reduz a população do CRD a uma produção de mera subsistência.

Existem deficiências no transporte público que apoie as comunidades no acesso aos mercados, com vista, ao escoamento dos seus produtos.

O sinal da televisão não tem chegado às comunidades do CRD e o sinal da radio chega com bastante deficiência, o que limita as acções de divulgação agrícola e na utilização de meios afins. O que faz com que a educação agrícola e as formas de cultivo de varias culturas sejam transmitidas através de vizinhos e nas reuniões das cooperativas.

Considerando a natureza da agricultura familiar praticada, contatou-se no geral poucos que trabalham com empregados e, os que têm, geralmente, não são camponeses residentes da região.

A posse de terra tem apenas um carácter administrativo, pois, segundo a legislação angolana a terra pertence ao estado.

Os factores de produção são adquiridos por meio de compra mais de 80% nos mercados local e municipal, não havendo no geral, o capital investido devido a fraca produção resultante da seca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalho, Paulo (2004a). *Exclusão Social em Angola. O Caso dos Deficientes Físicos de Luanda*, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.

Carvalho, Paulo (2004b). “Dimensão Subjectiva da Pobreza na Cidade de Luanda”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

Ceita, Camilo (2001). “Caracterização da Pobreza em Angola. Perfil da Pobreza 2000, Dados Preliminares”, comunicação apresentada ao Seminário sobre Políticas Sociais, Luanda.

Ducados, Henda L. (1994). “Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda’s Peri-Urban Areas”, comunicação apresentada ao Development Workshop, Luanda.

Ducados, Henda L. (2000). “Género, Raça e Classe - A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda”, comunicação apresentada ao I Simpósio Internacional: o desafio da diferença. A Articulação entre género, raça e classe nos estudos culturais e nas políticas de identidade.

Governo de Angola (2005). *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, Ministério do Planeamento, Luanda. Governo de Angola/Sistema das Nações Unidas - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Ministério do Planeamento, Angola.

Grave, Júlia; Gilberto Ribeiro (1999). “Perfil da Pobreza em Angola. Principais Causas e Consequências”, *Anais da III Jornada Técnico Científica da FESA*, Luanda, Fundação Eduardo dos Santos.

INE (1996). “Perfil da Pobreza em Angola”, Luanda.

- INE (2010). “Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População-2010”, Ministério do Planeamento, Luanda.
- M’Bomba, M., Henriques, P. D., Rego, M.C., Carvalho, M.L.S. (2009a). Desenvolvimento rural e a redução da pobreza no Norte de Angola, *Revista Angolana de Sociologia*, Dezembro de 2009, n.º 4, pp. 67-86
- M’Bomba, M., Henriques, P. D., Rego, M.C., Carvalho, M.L.S. (2009b). “Estratégias de Desenvolvimento Rural para a redução da pobreza - o caso dos municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola”, Actas do I ELA em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, Évora
- MINADER & FAO (1997). “Inquérito aos Agregados Rurais. Resultados, Luanda”, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
- MINADER (2007) – Relatório da Campanha Agrícola 2005/06
- MINADER (2008) – Relatório da Campanha Agrícola 2006/07
- MINADERP (2009) - Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011)
- MINADERP (2010) – Resultados da 1ª Época e estimativas da Campanha Agrícola 2008/09
- MINAGRI (2009) – Relatório da Campanha Agrícola 2007/08
- Mosca, João (2004). *SOS Africa*. Lisboa, Editora Piaget.
- Neto, João Ferreira; Baptista, Fernando Oliveira & Cabral, Carlos (2006). “Angola: Agriculturas e Alimentação”, in: Ilídio Moreira (org.) *Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol I, Lisboa, Isa Press, 403-420.
- Pacheco, F, M.L.S. Carvalho; P.D.S. Henriques (2011) - “Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana”, 2º Encontro Luso-Angolano em Economia, sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Luanda.
- Pinto, João (2008) - “A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola”, dissertação de mestrado, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- PNUD (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York.
- República de Angola (2009). *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (ENSAN).
- República de Angola (2010). Relatório Fundamentado do Orçamento Geral do Estado (OGE 2011).